

AF | Auditor Fiscal da Receita Municipal

Instruções



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**.
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade!

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.



11 de setembro



100 questões



14 às 19h



5h de duração*



Língua Nacional

8 questões

Leia o texto.

O problema da sonegação fiscal é tão antigo quanto os impostos em si. Embora seja comum afirmar que as únicas coisas certas na vida sejam a morte e os impostos, não há dúvida que quase sempre há uma forma de evitar estes últimos, ou pelo menos parte deles. Como os indivíduos, em geral, não gostam de pagar impostos, farão tudo o que puderem para reduzi-los.

(...)

O uso moderno de ferramentas econômicas para a análise da obediência tributária pode ser creditado a Allingham e Sandmo (1972) que estenderam o trabalho de Becker (1968) sobre imposição legal à análise da sonegação fiscal, usando a moderna teoria do risco desenvolvida por Von Neumann e Morgenstern. Desde então, a literatura sobre a análise econômica da sonegação cresceu de forma vertiginosa e, muito provavelmente, nenhum aspecto da obediência à lei tributária escapou ao menos a um exame preliminar.

Sem questionar a relevância de motivações éticas e sociológicas, a análise econômica da obediência tributária focou-se principalmente em como a sonegação pode ser dissuadida pela detecção e pela aplicação de sanções. Trata-se da chamada análise das políticas tributárias de imposição. A tese adotada é a de que o comportamento do contribuinte pode ser visto como o resultado de um cálculo racional, de uma avaliação cuidadosa dos custos e dos benefícios da sonegação. Como mesmo nos sistemas mais simples de imposição tributária os incentivos para cumprimento fiel das obrigações tributárias não são óbvios, esta perspectiva econômica oferece preciosas conclusões que podem ser usadas para derivar medidas apropriadas de políticas públicas.

Por outro lado, dada a complexidade do ambiente econômico em que o contribuinte geralmente toma as decisões acerca da sonegação, constata-se que nenhuma receita simples de política tributária pode ser implementada; não obstante o panorama geral da obediência tributária seja muito mais claro agora do que algumas poucas décadas atrás. Ao menos a literatura mostrou que a sonegação é um problema sério, demasiadamente complexo para ser resolvido, tão somente, por meio de ajustes simples na política tributária, e que o conjunto de instrumentos de controle é bastante vasto.

(Marcelo Lettieri Siqueira e Francisco S. Ramos. Fragmento adaptado de artigo acessado em: www.scielo.br)

1. Assinale a alternativa **correta** sobre o texto.

- a. A análise das políticas tributárias de imposição pode incentivar a sonegação.
- b. Os incentivos fiscais, sendo óbvios, levam o contribuinte a repensar sua contribuição ao fisco.
- c. A complexidade da Economia leva o contribuinte à sonegação fiscal.
- d. O cumprimento ao sistema tributário deveria advir de uma política tributária menos complexa.
- e. Na esteira do tempo, falar em impostos é falar de sonegação.

2. Assinale a alternativa cuja afirmação colocada entre parênteses traduz a frase que a antecede.

- a. O conjunto de instrumentos de controle é bastante vasto. (Os instrumentos de controle à sonegação carecem de ampliação.)
- b. O uso moderno de ferramentas econômicas pode ser creditado a Allingham e Sandmo. (É possível afirmar que o uso de ferramentas modernas para análise econômica foi afiançado por Allingham e Sandmo, já que creditar é homônimo de afiançar.)
- c. A literatura sobre a análise econômica da sonegação cresceu de forma vertiginosa. (O estudo sobre a análise econômica da sonegação cresceu de forma morosa.)
- d. A sonegação não pode ser resolvida tão somente por meio de ajustes simples na política tributária. (É preciso ir além de ajustes simples na política tributária para evitar a sonegação.)
- e. A sonegação pode ser dissuadida pela detecção e pela aplicação de sanções. (Somente sanções, a partir da constatação, podem insuflar a sonegação.)

3. Assinale a alternativa cuja frase apresenta o necessário uso da crase como em: "Imposição legal à análise da sonegação fiscal".

- a. Nota repreensiva a tudo que é ilegal.
- b. Sanções pertinentes a Vossa Senhoria.
- c. Obediência necessária a lei que nos rege.
- d. Revisão inconteste a seu relatório impreciso.
- e. Regras aplicadas a ele, sem questionamentos.

4. Analise as afirmativas abaixo feitas com base no texto.

1. No primeiro parágrafo há três palavras obrigatoriamente acentuadas graficamente pela mesma regra de acentuação gráfica.
2. No segundo parágrafo, a expressão “muito provavelmente” está separada por vírgulas por se tratar de um adjunto adverbial deslocado que quis ser enfatizado pelo autor.
3. A expressão “para derivar medidas”, usada no terceiro parágrafo, pode ter como antônimo a expressão “para emanar medidas”.
4. A expressão “não obstante” no contexto do último parágrafo pode ser trocada pelo seu sinônimo “embora”.
5. O verbo “reduzir”, na última frase do primeiro parágrafo, faz uso do pronome oblíquo “los” que, em posição proclítica, retoma a palavra “impostos”.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 5.
- b. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 5.

5. Assinale a alternativa cuja afirmação entre parênteses, sobre modo e tempo verbal, está **correta** de acordo com a frase que a antecede.

- a. Ele intermedeia a negociação. (O verbo intermediar está no presente do indicativo, porém a correta conjugação é “intermedia”.)
- b. Este processo contém todas as sanções aplicadas ao contribuinte. (Passando-se o verbo para o plural do presente do indicativo, teríamos a seguinte construção: “contêm”.)
- c. Eu reouve meu processo. (O verbo está no pretérito perfeito do indicativo, porém a conjugação está equivocada, deveria ser: Eu reavi.)
- d. Eu intervim na mediação e ele também entreviu. (Verbos corretamente conjugados no pretérito perfeito do indicativo.)
- e. Quando vires aquele contribuinte, diga a ele que lhe quero falar. (O verbo “ver” está no modo subjuntivo e o verbo “dizer” está no imperativo.)

6. Veja a charge.



Analise as afirmativas abaixo em relação à charge.

1. Um jogo de palavras confere humor à charge.
2. A frase “só neguei” é um parônimo da palavra “soneguei”.
3. Todas as falas apresentam verbos no pretérito perfeito do indicativo.
4. O verbo que provoca o humor, na primeira fala, está conjugado na última fala.
5. O personagem que faz a segunda fala usa a terceira pessoa do singular para dirigir-se ao seu interlocutor.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 5.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 3, 4 e 5.

7. Sobre a sintaxe de concordância verbal, assinale a alternativa **correta**.

- a. Eles houveram-se bem naquela fiscalização.
- b. Editou-se, naquela época remota, as leis que regem até hoje a política tributária.
- c. Hão de haver instrumentos mais simples para a análise tributária, dizia aquele auditor.
- d. Mais de um contribuinte se esbarrou na fila para regularizar sua situação.
- e. O contribuinte ou o auditor equivocaram-se, é preciso averiguar.

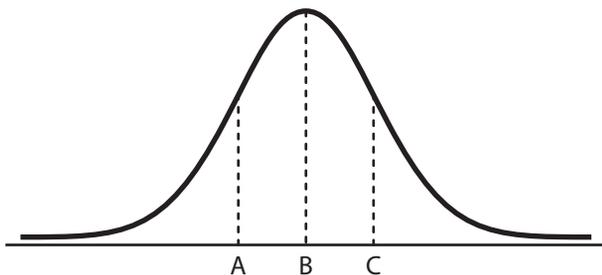
8. Assinale a alternativa **correta** quanto à regência verbal.

- a. Custo a entender o porquê da sonegação.
- b. Lembrei-me agora de que ele assiste em Criciúma.
- c. Os indivíduos não se simpatizam com aqueles que lhes cobram impostos.
- d. Os indivíduos preferem mil vezes sonegar do que pagar impostos.
- e. Avisei ao contribuinte sobre seu descumprimento à lei.

Estatística

8 questões

9. A figura abaixo apresenta a curva da distribuição normal, que é uma importante função de densidade de probabilidade.



A respeito dos conhecimentos sobre a curva da distribuição normal:

1. A mediana e a moda da distribuição normal são iguais e estão no ponto B.
2. A área sob a curva da distribuição normal é igual a 1.
3. Quanto menor a variância, mais dispersa (achatada) é a curva da distribuição normal.
4. A média da distribuição normal pode estar nos pontos A, B ou C, dependendo do valor do desvio-padrão.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

10. Considere a seguinte situação hipotética:

A companhia Gaturamo presta serviço de recauchutagem de pneus e tem a seguinte política comercial previamente acordada com seus clientes: se conseguir recauchutar perfeitamente o pneu, cobra R\$ 200 por unidade. Se não conseguir, cobra R\$ 50 por unidade de pneu defeituoso, pela tentativa de realizar o serviço. A companhia utiliza um equipamento próprio para realizar a recauchutagem, em que o custo unitário por pneu é de R\$ 100. Ao serem recebidos, todos os pneus são inicialmente colocados nesse equipamento e 80% deles são perfeitamente recauchutados na primeira tentativa. Os pneus defeituosos retornam para o equipamento para uma segunda tentativa de torná-los perfeitamente recauchutados, com um custo unitário adicional de R\$ 30 por pneu. Na segunda tentativa, 50% dos pneus são de fato perfeitamente recauchutados.

O lucro bruto esperado por pneu pela companhia Gaturamo é de:

- a. R\$ 74.
- b. R\$ 79.
- c. R\$ 87.
- d. R\$ 93.
- e. R\$ 101.

11. No cadastro tributário do município de Estalinho há registros de apenas duas classificações de contribuintes, de acordo com a opção adotada para a apuração de impostos: os 60% que estão enquadrados no Simples Nacional; e os 40% que estão enquadrados como Microempreendedores Individuais (MEIs). Do total de contribuintes, 5% dos enquadrados no Simples Nacional e 2% dos enquadrados como MEIs declararam ter receita bruta mensal superior a R\$ 3.000. Um auditor fiscal escolhe ao acaso um contribuinte com receita bruta mensal superior a R\$ 3.000.

A probabilidade de o contribuinte escolhido estar enquadrado no Simples Nacional é de:

- a. 45,67%.
- b. 55,21%.
- c. 64,33%.
- d. 78,95%.
- e. 81,90%.

12. A companhia Esplanada tem como atividade principal a prestação de serviços de suporte técnico em informática, inclusive com a instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados. A companhia afirma que tem uma receita média de R\$ 500 por cada serviço prestado, com desvio-padrão desconhecido e distribuição normal. Um auditor fiscal deseja testar se o valor da receita média informada pela empresa é confiável. Para isso, questionou aleatoriamente 16 clientes da companhia, perguntando o valor que cada um desses clientes gastou ao tomar os serviços da companhia Esplanada.

Com base nas informações obtidas, o auditor fiscal calculou o valor médio gasto pelos 16 clientes, que foi de R\$ 540, com desvio-padrão R\$ 80, também com distribuição normal. Para testar a hipótese de que a receita média informada pela companhia é igual à obtida na amostra juntos aos 16 clientes, o auditor fiscal aplicou um teste t de Student bicaudal (bilateral), com um intervalo de confiança de 95% (nível de significância de 5%), com a formulação das seguintes hipóteses:

H_0 : A receita média informada pela companhia é igual à receita média obtida na amostra (hipótese nula).

H_1 : A receita média informada pela companhia é diferente da receita média obtida na amostra (hipótese alternativa).

O auditor fiscal tem os seguintes dados da distribuição t de Student:

Graus de liberdade	0,025
15	2,1315
16	2,1199
17	2,1098

Com base nessas informações, é **correto** afirmar que o auditor fiscal concluiu que:

- a. Não há diferença entre aceitar a hipótese nula (H_0) ou a hipótese alternativa (H_1), pois a estatística t_c (t calculado) é igual a 2,0.
- b. O valor de R\$ 590 da receita média obtida na amostra é o limite superior do intervalo de confiança para que a hipótese nula (H_0) seja aceita.
- c. Deve aceitar a hipótese alternativa (H_1), já que a receita média obtida na amostra está fora do intervalo de confiança.
- d. Há 95% de probabilidade de a receita média obtida na amostra estar acima do limite do intervalo de confiança.
- e. Deve aceitar a hipótese nula (H_0), já que a receita média obtida na amostra está dentro do intervalo de confiança.

13. Um candidato está participando de um concurso público em que há questões de múltipla escolha com 5 alternativas de resposta, sendo que apenas uma delas é a correta. A probabilidade de que o candidato saiba a resposta correta de uma questão é de 40%. Se ele não souber a resposta correta da questão, há a possibilidade de escolher aleatoriamente qualquer uma das alternativas ("chute").

Se o candidato acertou a questão, a probabilidade de ele realmente saber a resposta correta é de:

- a. 54,38%.
- b. 66,67%.
- c. 76,92%.
- d. 81,56%.
- e. 92,24%.

14. O percurso da base até o topo de uma montanha é de 10 quilômetros. Para ir da base até o topo (subida), um ciclista levou 1 hora. Já para percorrer o percurso do topo até a base (descida), pelo mesmo caminho, o ciclista levou 12 minutos.

A velocidade média do ciclista ao juntar-se o percurso de subida e descida da montanha foi de:

- a. 18,50 km/h.
- b. 16,67 km/h.
- c. 15,00 km/h.
- d. 14,12 km/h.
- e. 13,34 km/h.

15. A tabela abaixo apresenta a quantidade de notas fiscais emitidas por cinco diferentes empresas ao longo de um período:

Empresa	Quantidade de notas fiscais
A	100
B	112
C	95
D	87
E	106
Total	500

A variância da quantidade de notas fiscais emitidas pelas cinco empresas é de:

- a. 8,65.
- b. 10,21.
- c. 53,45.
- d. 74,80.
- e. 85,30.

16. Uma lavanderia adquiriu 50 máquinas de lavar novas. O prazo médio de duração de cada máquina de lavar, especificada pelo fabricante, é de 10 anos, com distribuição normal e desvio-padrão de 3 anos. Depois do prazo médio de duração espera-se que as máquinas de lavar comecem a apresentar problemas.

A tabela abaixo apresenta parte dos valores da distribuição normal padrão Z, $N(0, 1)$, tal que $p = P(0 < Z < Z_c)$.

Zc	0,00	0,01	0,02
0,80	0,288145	0,291030	0,293892
0,90	0,315940	0,318589	0,321214
1,00	0,341345	0,343752	0,346136
1,10	0,364334	0,366550	0,368643

A quantidade de máquinas de lavar que pode apresentar problemas depois de 7 anos está entre:

- a. 15 e 16.
- b. 17 e 18.
- c. 26 e 27.
- d. 35 e 36.
- e. 42 e 43.

Auditoria

8 questões

17. A companhia Safira apresentou ao auditor um contrato firmado com o seu principal cliente, em que uma das cláusulas garante à companhia um valor mínimo de recebimento financeiro mensal, independentemente de haver ou não fornecimentos no período. Para obter evidências de que o acordo de fato existe, o auditor enviou ao cliente da companhia Safira um documento solicitando uma resposta escrita sobre as cláusulas do contrato.

Nesse caso, o auditor aplicou o procedimento de:

- a. Averbação.
- b. Securitização.
- c. Tempestividade.
- d. Posicionamento.
- e. Confirmação externa.

18. A amostragem em auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria, de maneira que todas as unidades de amostragem tenham a mesma chance de serem selecionadas para proporcionar uma base razoável que possibilite ao auditor concluir sobre toda a população.

Já a amostragem estatística é a abordagem com as seguintes características:

1. Coleta de amostras intencionais ou de itens voluntários, de acordo com a conveniência, oportunidade e experiência do auditor.
2. Seleção aleatória dos itens da amostra.
3. Uso da teoria das probabilidades para avaliar os resultados das amostras, incluindo a mensuração do risco de amostragem.
4. Presença de viés de seleção, em que cada unidade amostral da população tem probabilidade diferente de zero e conhecida de pertencer à amostra.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

19. Ao aplicar procedimentos de auditoria no ativo do balanço patrimonial de um shopping center, um auditor constatou que o gasto com energia elétrica de um período estava erroneamente registrado em uma conta analítica (subconta) do grupo do ativo não circulante – investimentos.

Como o valor é relevante, o auditor apontou em seu relatório que:

- a. A reserva de capital está subavaliada.
- b. O ativo não circulante está subavaliado.
- c. O passivo não circulante está superavaliado.
- d. A despesa operacional está superavaliada.
- e. O resultado líquido do exercício está superavaliado.

20. Para fins das normas de auditoria, a materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor:

- a. Inferiores ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- b. Dos resultados da amostragem de um procedimento de auditoria em particular, embora isso possa ter um efeito importante em outras áreas da auditoria, como por exemplo, na avaliação do risco de fraude ou da adequação de erros no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- c. Superiores às informações obtidas de fonte independente e que podem não ser confiáveis se a fonte não tiver conhecimento ou se for possível que o especialista da administração não tenha objetividade.
- d. Para a determinação da natureza, da época e da extensão dos procedimentos de avaliação de risco, e dos procedimentos de auditoria adicionais, à medida que eles não se relacionam com as divulgações, considerando tanto a ampla gama de informações quanto o nível de detalhes que possam estar incluídos nessas divulgações.
- e. De acordo com uma taxa de desvio da amostra inesperadamente baixa e que pode levar a um aumento no risco identificado de distorção relevante, a menos que sejam obtidas evidências adicionais de auditoria que comprovem a avaliação inicial.

21. Quando a opinião expressa por um auditor independente conclui que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura do relatório financeiro aplicável, o auditor independente expressou uma opinião:

- a. Alterada.
- b. Qualificada.
- c. Comprovada.
- d. Com abstenção.
- e. Não modificada.

22. Ao identificar uma ou mais deficiências de controle interno, o auditor deve determinar, com base no trabalho de auditoria executado, se elas constituem, individualmente ou em conjunto, deficiência significativa.

Nesse caso, o auditor deve:

- a. Avaliar o impacto das deficiências significativas de controle interno nas demonstrações contábeis e se há evidência de que os responsáveis pela governança agiram com dolo ou fraude.
- b. Comunicar tempestivamente, por escrito, as deficiências significativas de controle interno, identificadas durante a auditoria, aos responsáveis pela governança.
- c. Mensurar o montante das contas contábeis atingidas pelas deficiências significativas de controle interno e elaborar um plano de ação para que as deficiências sejam sanadas até a data de publicação das demonstrações contábeis.
- d. Interromper a execução dos trabalhos de auditoria e solicitar que os responsáveis pela governança identifiquem as causas e os efeitos das deficiências significativas de controle interno.
- e. Postergar o prazo de entrega do relatório de auditoria e identificar as deficiências significativas de controle interno que podem afetar o resultado do exercício.

23. Um auditor está realizando testes em contas do ativo imobilizado de uma entidade, buscando evidências confiáveis de que os dez veículos registrados na contabilidade de fato existem. Para isso, comparou as placas e os números de chassi dos veículos registrados na contabilidade com cada um dos dez documentos emitidos pelo órgão de trânsito. Verificou, ainda, a existência dos veículos fisicamente.

Nesse caso, o auditor aplicou o procedimento de:

- a. Exame.
- b. Provação.
- c. Observação.
- d. Indagação.
- e. Inspeção.

24. No planejamento dos trabalhos, um auditor dividiu a população total de notas fiscais eletrônicas emitidas pela companhia Ametista em subpopulações, de acordo com faixas de valores. O objetivo do auditor foi o de obter um grupo de unidades de amostragem com características semelhantes.

Nesse caso, o auditor aplicou o procedimento de:

- a. Mutações.
- b. Distorção.
- c. Relativização.
- d. Estratificação.
- e. Materialização.

Direito Administrativo e Constitucional

8 questões

25. É **correto** afirmar de acordo com a Constituição Federal.

- a. A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública somente romperá o vínculo que gerou o referido tempo de contribuição, caso o servidor opte em permanecer em atividade.
- b. Os proventos de aposentadoria do servidor público efetivo deverão corresponder à sua remuneração integral no mês anterior ao da sua aposentação.
- c. A verbas de natureza indenizatória percebidas pelo servidor público efetivo não são computadas para efeitos dos limites de remuneração.
- d. A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, cuja iniciativa privativa compete ao Poder Legislativo, sendo assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- e. O servidor público poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, com a respectiva adequação da sua remuneração.

26. É **correto** afirmar de acordo com a Constituição Federal.

- a. Os cargos em comissão, ou seja, aqueles de livre nomeação e exoneração, não poderão ser providos por servidores de carreira.
- b. As funções de confiança serão exercidas exclusivamente por servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.
- c. Os cargos de livre nomeação e exoneração deverão corresponder, no máximo, a cinquenta por cento do número de servidores efetivos do órgão ou entidade.
- d. As funções de confiança, por possuírem as mesmas atribuições de cargo de provimento efetivo, submetem-se às mesmas regras de investidura do cargo paradigma.
- e. O ingresso e a investidura em função de confiança dependem da prévia aprovação em procedimento simplificado de contratação temporária.

27. É **correto** afirmar de acordo com a Constituição Federal.

- a. É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- b. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, quando relativos a mesma função desempenhada, deverão possuir o mesmo padrão remuneratório.
- c. Sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade, será devida a equiparação de vencimentos entre servidores públicos quando o labor for prestado dentro do mesmo Poder, na mesma localidade e entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não seja superior a dois anos.
- d. É lícita a acumulação remunerada de dois ou mais proventos, desde que se observe o limite máximo de remuneração dos servidores públicos.
- e. A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional deverá sempre observar o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

28. De acordo com a Constituição Federal, cabe à lei complementar:

1. regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
2. criar taxas relativas ao poder de polícia administrativo.
3. estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária sobre lançamento.
4. dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- e. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

29. É **correto** afirmar de acordo com a Constituição Federal.

- a. Desde que comprovado não haver outros meios legais de produção de provas, serão admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- b. São gratuitas todos os atos necessários ao exercício da cidadania.
- c. Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- d. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- e. Caberá mandado de segurança coletivo para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

30. É **correto afirmar** sobre o ato administrativo.

- a. É nulo o ato administrativo praticado sob o fundamento de um motivo inexistente.
- b. O parecer é um ato administrativo vinculado, não podendo a autoridade administrativa deixar de acatá-lo.
- c. O ato administrativo praticado com desvio de finalidade será considerado válido se, ainda que por outro motivo, atingir um interesse público.
- d. Os atributos da presunção de veracidade e de legalidade impedem que o ato administrativo seja anulado pelo Poder Judiciário.
- e. Presentes a oportunidade e conveniência, a Administração Pública poderá revogar todos os atos administrativos que não lhe interessem mais.

31. É **correto** afirmar sobre a organização da Administração Pública.

- a. As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, que possuem na sua composição societária a participação exclusiva de capital do ente público que a criou.
- b. O órgão público é criado para o desempenho de funções públicas essenciais e integra a estrutura da administração pública indireta do Poder Executivo.
- c. Haverá descentralização por outorga, quando o Município criar uma entidade e lhe transferir a titularidade do serviço a ser prestado.
- d. Em decorrência da aplicação do princípio do controle administrativo, as autarquias deverão prestar contas à entidade administrativa que lhe transferiu a execução de determinado serviço público.
- e. São pessoas jurídicas de direito público a União, os Estados e os Municípios, e, de direito privado, as autarquias, as agências reguladoras e as sociedades de economia mista.

32. É **correto** afirmar sobre o poder de polícia administrativo.

- a. A efetivação dos atos do poder de polícia depende de prévia autorização judicial.
- b. O poder de polícia administrativo poderá ser exercido de forma preventiva ou repressiva.
- c. A critério da administração pública municipal, o exercício do poder de polícia poderá ser delegado a pessoa jurídica de direito privado.
- d. A legislação administrativa veda qualquer espécie de discricionariedade na prática de atos do poder de polícia.
- e. Os atos do poder de polícia não poderão sujeitar os administrados a restrições às suas liberdades individuais.

Direito Civil e Empresarial

8 questões

33. É **correto** afirmar sobre a escrituração do empresário e da sociedade.

- a. A substituição dos livros obrigatórios pelo uso de fichas, desde que sejam autenticadas no Registro Público de Empresas Mercantis antes de postas em uso, permite o uso de código de números ou de abreviaturas.
- b. O Registro Público de Empresas Mercantis deverá conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e mais papéis concernentes dos empresários e sociedades empresariais, enquanto não ocorrer prescrição ou decadência no tocante aos atos neles consignados.
- c. Apenas em caso de falência poderá ser requerida a autorização judicial para que o empresário exiba integralmente os livros e papéis de escrituração da sociedade empresarial.
- d. O balanço de resultado econômico, ou demonstração da conta de lucros e perdas, acompanhará o balanço patrimonial e dele constarão crédito e débito, na forma da lei especial.
- e. A adoção de fichas como livro diário dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico.

34. É **correto** afirmar sobre os atos de registro do empresário e da sociedade.

- a. Os atos empresariais sujeitos ao prévio registro produzirão efeitos a partir da data do protocolo do pedido de sua concessão.
- b. As publicações de atos sujeitos a registros das sociedades estrangeiras serão feitas exclusivamente nos órgãos oficiais da União.
- c. Os documentos necessários ao registro dos atos empresariais deverão ser apresentados imediatamente na lavratura dos atos respectivos.
- d. A qualquer tempo, o ato empresarial sujeito a registro poderá ser oponível contra terceiro.
- e. Em caso de omissão ou demora do registro de atos empresariais, qualquer interessado poderá promover os atos cabíveis para o cumprimento de tal formalidade.

35. É **correto** afirmar de acordo com o Código Civil.

- a. O dano, quando exclusivamente moral, não é considerado ato ilícito.
- b. A lesão a pessoa a pretexto de remover perigo iminente não afasta o agressor da prática de ato considerado ilícito.
- c. O titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelos bons costumes, comete ato ilícito.
- d. A remoção do perigo iminente autoriza o autor do fato a exceder os limites do tolerável para obstar a destruição de coisa alheia, sem que isso torne a sua ação ilícita.
- e. O exercício regular de um direito, ainda que não conhecido por terceiros, não constitui ato ilícito.

36. De acordo com o Código Civil, considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a:

1. produção artística.
2. circulação de bens.
3. produção literária.
4. produção de serviço.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

37. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil.

- a. Ainda que extrajudicial, constitui causa suspensiva da prescrição qualquer ato do devedor que importe reconhecimento do direito do credor.
- b. Prescreve em cinco anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
- c. A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.
- d. A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários, a todos os outros beneficiará.
- e. A prescrição intercorrente correrá pela metade do prazo previsto para prescrição da pretensão principal.

38. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil.

- a. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.
- b. Desde que comprovada a boa-fé, serão isentos da reparação civil aqueles que houverem se beneficiado de forma gratuita do proveito do crime.
- c. O incapaz responderá pelos prejuízos que causar, quando o seu curador não demonstrar que a vítima tenha concorrido culposamente para o evento danoso.
- d. A responsabilidade civil é independente da criminal; contudo, as questões que se acharem decididas no juízo criminal não poderão mais ser objeto de novos questionamentos.
- e. Se o ofendido não puder provar prejuízo material que a injúria, difamação ou calúnia houver lhe causado, o agressor será isentado do dever de reparar o dano.

39. É **correto** afirmar sobre o nome empresarial.

- a. A sociedade anônima deverá designar o seu objeto social na sua denominação.
- b. A sociedade limitada que operar sob denominação deverá integrar o nome dos sócios ao nome empresarial.
- c. Por votação da maioria que representa o capital social da empresa, o nome de sócio que vier a falecer poderá ser conservado na firma social.
- d. A alienação do nome empresarial deverá ser precedida de publicação em diário oficial, estando sujeita a impugnação no prazo de até trinta dias.
- e. A firma da sociedade limitada será composta com o nome de um ou mais sócios, desde que pessoas físicas, de modo indicativo da relação social.

40. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil.

- a. O bem público não pode ser objeto de nenhuma forma de alienação.
- b. O usucapião de bem público deverá observar a legislação especial que se refere às concessões públicas.
- c. São públicos e de uso comum do povo os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público.
- d. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- e. Os bens móveis poderão ser considerados imóveis para efeitos legais, a exemplo dos direitos pessoais de caráter patrimonial e de suas respectivas ações.

Direito Tributário

12 questões

41. Assinale a alternativa **correta** conforme disposições constitucionais a respeito do Sistema Tributário Nacional.

- a. O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital.
- b. O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- c. O Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) será regressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.
- d. O Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade.
- e. O Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS) não poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.

42. Assinale a alternativa **correta** com base na jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal.

- a. O serviço de iluminação pública pode ser validamente remunerado mediante taxa.
- b. É constitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.
- c. Revela-se constitucional a lei ordinária que tratar de prescrição e decadência de crédito tributário.
- d. É inconstitucional a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.
- e. Ainda quando alugado a terceiros, o imóvel pertencente aos partidos políticos permanece imune ao IPTU, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

43. Analise as afirmativas abaixo conforme dispõe a Constituição Federal de 1988.

1. É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza.
2. É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
3. Não se aplica o princípio da anterioridade tributária na hipótese de instituição de empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
4. O princípio da anterioridade nonagesimal (ou noventena) não se aplica à fixação da base de cálculo do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 2.
- b. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

44. Assinale a alternativa **correta** a partir dos entendimentos sumulados do Tribunais Superiores.

- a. A notificação do auto de infração faz cessar a contagem do prazo prescricional para a constituição do crédito tributário.
- b. O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade, por si só, acarreta a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- c. O benefício da denúncia espontânea aplica-se aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, quando pagos a destempo.
- d. A simples entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo débito fiscal, não constitui o crédito tributário, devendo ser providenciado o lançamento por parte do fisco.
- e. Declarado e não pago o débito tributário pelo contribuinte, é legítima a recusa de expedição de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

45. Analise as afirmativas abaixo a respeito dos Impostos dos Municípios previstos na Constituição Federal de 1988.

1. O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
2. O Imposto sobre Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis (ITBI) compete ao Município da situação do bem.
3. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) terá as suas alíquotas máximas e mínimas fixadas por lei complementar.
4. O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) não poderá ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

46. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966).

- a. As taxas de serviço cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios têm como fato gerador a utilização efetiva de serviço público específico e indivisível.
- b. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- c. O imposto é um tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação vinculada com alguma atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- d. A contribuição de melhoria será cobrada somente pelos Municípios, para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária ou de que decorram benefícios sociais.
- e. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória que constitua ou não sanção de ato ilícito, compreendendo impostos, taxas, tarifas e contribuições de melhoria.

47. Assinale a alternativa **correta** a respeito das imunidades constitucionais e da sua interpretação jurisprudencial consolidada.

- a. A imunidade tributária recíproca não é extensiva às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- b. É vedado a todos os entes federativos instituírem impostos e taxas sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.
- c. A imunidade tributária aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (e-book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), ainda que possuam funcionalidades acessórias.
- d. A imunidade dos templos de qualquer culto compreende o patrimônio, a renda e os serviços das entidades religiosas, mesmo quando desvinculadas das suas finalidades.
- e. São imunes à tributação o patrimônio, os rendimentos e os serviços das entidades sindicais dos trabalhadores e dos empregadores.

48. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o disposto no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966).

- a. A fluência de juros de mora exclui a liquidez do crédito regularmente inscrito em Dívida Ativa.
- b. A certidão negativa de débitos tributário será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida pelo interessado e será fornecida dentro de 30 dias a contar da data da entrada do requerimento na repartição.
- c. A dívida regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez, não podendo ser ilidida por prova inequívoca.
- d. Possui os mesmos efeitos da certidão negativa de débitos a certidão de que conste a existência de créditos tributário regularmente parcelados.
- e. A omissão de quaisquer dos requisitos necessários do termo de inscrição da dívida ativa, ou o erro a eles relativo, constitui causa de nulidade da inscrição e do processo de cobrança, que poderá ser sanada até a decisão de segunda instância, mediante substituição da certidão nula.

49. Analise as afirmativas abaixo conforme dispõe a Lei nº 5.172, de 1966, que institui normas gerais de direito tributário.

1. Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, do seu espólio ou da sua massa falida, exceto aqueles gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade.
2. Presume-se fraudulenta a alienação ou a oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário vencido e não satisfeito oportunamente.
3. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, inclusive os créditos decorrentes do acidente de trabalho.
4. Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou de adjudicação será proferida sem a prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

50. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça a respeito dos impostos municipais.

- a. O ISS não incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis.
- b. O ISS incide sobre o valor dos serviços de assistência médica, incluindo-se neles as refeições, os medicamentos e as diárias hospitalares.
- c. Não compete à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.
- d. É autorizado ao município atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- e. O locatário possui legitimidade para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU, referente ao imóvel alugado, e para repetir indébito do imposto.

51. Analise as afirmativas abaixo com fundamento no Código Tributário Nacional.

1. Relativamente às pessoas jurídicas de direito privado, entende-se como domicílio tributário o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.
2. Considera-se domicílio tributário da pessoa natural o centro habitual de sua atividade.
3. A autoridade administrativa não poderá recusar o domicílio tributário eleito, ainda que dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.
4. Quanto às pessoas jurídicas de direito público, considera-se domicílio tributário qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

52. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei Complementar nº 105, de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras.

- a. Constitui violação do dever de sigilo a revelação de informações sigilosas, mesmo com o consentimento expresso dos interessados.
- b. O dever de sigilo não é extensivo ao Banco Central do Brasil, em relação às operações que realizar e às informações que obtiver no exercício de suas atribuições.
- c. Consideram-se operações financeiras, dentre outras, os contratos de mútuo e as operações de arrendamento mercantil.
- d. A quebra de sigilo, fora das hipóteses legais, constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de detenção, de 6 meses a 2 anos, sem prejuízo da multa.
- e. Não são consideradas instituições financeiras as cooperativas de crédito e as associações de poupança e empréstimo.

Legislação Tributária

16 questões

53. De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 287, de 2018, com suas alterações posteriores, que institui o Código Tributário do Município de Criciúma, assinale a alternativa **correta** a respeito do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

- a. Considera-se ocorrido o fato gerador, para os efeitos legais, em 30 de janeiro de cada ano.
- b. Entende-se propriedade predial, para efeitos do IPTU, o imóvel com construção em andamento ou paralisada.
- c. O pagamento do imposto implica o reconhecimento pela Prefeitura, para todos os fins, da legitimidade da propriedade.
- d. A inscrição no cadastro fiscal imobiliário é obrigatória, exceto para os contribuintes que sejam beneficiados por imunidade ou isenção.
- e. A administração tributária poderá arbitrar os dados dos imóveis para fins de determinação do seu valor venal, quando o imóvel se encontrar fechado ou inabitado e não for localizado seu proprietário ou responsável.

54. Analise as afirmativas abaixo conforme disposto no Código Tributário do Município de Criciúma (Lei Complementar Municipal nº 287, de 2018, com suas alterações posteriores).

1. O procedimento fiscal tem início com a lavratura do termo de início de fiscalização.
2. O recolhimento integral do imposto vencido, após o início da ação fiscal, exclui a aplicação das penalidades sobre ele incidentes.
3. O Termo de Início de Fiscalização será emitido exclusivamente em formato eletrônico e será comunicado ao fiscalizado por correio eletrônico (e-mail).
4. A ação fiscal poderá envolver um ou vários contribuintes.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

55. Assinale a alternativa **correta** com base no Código Tributário do Município de Criciúma (Lei Complementar nº 287, de 2018, com suas alterações posteriores).

- a. Salvo disposição em contrário, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor trinta dias após a data da sua publicação.
- b. A legislação tributária vigente aplica-se a ato ou fato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, mesmo se tratando de ato definitivamente julgado.
- c. Será interpretada de maneira mais favorável ao contribuinte a legislação tributária que dispuser sobre outorga de isenção ou benefício fiscal.
- d. Somente a Lei poderá estabelecer fixação, majoração ou redução de alíquotas e das respectivas bases de cálculo.
- e. Constitui obrigação tributária principal, dentre outras previstas na legislação do Município de Criciúma, a apresentação de declarações e guias na conformidade da legislação tributária.

56. A respeito do processo contencioso tributário, assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 287, de 2018 (Código Tributário do Município de Criciúma).

- a. As decisões administrativas serão competentes para reconhecer e declarar a inconstitucionalidade da legislação tributária.
- b. O recurso voluntário deverá ser apresentado dentro do prazo de 10 dias, contados da intimação da decisão de primeira instância.
- c. Nenhum processo ficará em poder do funcionário por mais de 90 dias, sob pena de responsabilidade.
- d. Para fins de aferição da tempestividade da impugnação remetida pelo correio, será considerada como data de apresentação da defesa a data de recebimento do documento na repartição municipal.
- e. O Conselho de Contribuintes do Município será composto de 8 conselheiros e o seu Presidente, representantes do Poder Executivo e da sociedade organizada.

57. Ficam isentos do pagamento da Taxa de Licença e Fiscalização de Estabelecimentos (TLFE), de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 305, de 2018, com suas alterações posteriores, que institui isenções para os tributos municipais:

1. os templos de qualquer culto.
2. o Microempreendedor Individual (MEI) optante pelo Simples Nacional.
3. as entidades com fins lucrativos, declaradas de utilidade pública Federal ou Municipal.
4. os órgãos da Administração Direta da União, dos Estados e dos Municípios.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

58. Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 287, de 2018, que institui o Código Tributário do Município de Criciúma, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente e na ordem enunciada:

- a. a analogia; os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário; a equidade.
- b. a analogia; os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário; os costumes.
- c. a equidade; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a analogia.
- d. a equidade; os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário; a analogia.
- e. a analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a equidade.

59. De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 305, de 2018, com suas alterações posteriores, são isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU):

1. O terreno que possuir cobertura vegetal e que seja destinado como reserva ecológica ou como área de preservação permanente (APP), exceto quando houverem sido modificadas as condições originais com construções e benfeitorias alheias à vegetação.
2. O aposentado ou pensionista que tiver idade igual ou superior a 60 anos.
3. O proprietário de imóvel que perceba renda familiar de até 3 salários-mínimos, cujo imóvel não contenha área total edificada superior a 150 m², com uma única unidade familiar, e que seja possuidor de um único imóvel no Município, com área territorial de até 600 m².
4. Os projetos vinculados ao "Programa de Arrendamento Residencial - PAR", para construção de moradias destinadas à população de baixa renda, decorrentes de Convênio firmado entre o Município de Criciúma e a Caixa Econômica Federal, durante o período de construção.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

60. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei Complementar nº 116, de 2003, com suas alterações posteriores, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

- a. A alíquota mínima do ISS é de 2,5%.
- b. A base de cálculo do ISS é o preço do serviço.
- c. A incidência do ISS dependerá da denominação jurídica atribuída ao serviço prestado.
- d. O ISS não incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
- e. O ISS tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da Lista de Serviços anexa à Lei, somente quando constituam a atividade preponderante do prestador.

61. Analise as afirmativas abaixo, relativamente ao serviço de “execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil” (elencado no item 7.02 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2013, com as suas alterações posteriores).

1. O ISS será devido no local da execução da obra.
2. É responsável pelo crédito tributário a pessoa jurídica, salvo se imune ou isenta, quando for tomadora ou intermediária dos respectivos serviços.
3. O valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços não se inclui na base de cálculo do ISS.
4. O serviço considera-se prestado e o ISS devido no local do estabelecimento prestador.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

62. De acordo com a Lei Complementar nº 116, de 2003, com suas alterações posteriores, o ISS não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima legal, **exceto** para o serviço de:

- a. ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
- b. limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
- c. varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
- d. transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.
- e. limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

63. De acordo com a Resolução CGSN nº 140, de 2018, com suas alterações posteriores, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), é **correto** afirmar:

- a. Entende-se por período de apuração (PA) o ano-calendário considerado como base para apuração da receita bruta.
- b. Considera-se empresa de pequeno porte (EPP) a sociedade que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00.
- c. Consideram-se bens do ativo imobilizado os ativos tangíveis que sejam disponibilizados para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para locação por outros, para investimento, ou para fins administrativos.
- d. Compreende-se como empresa em início de atividade aquela que se encontra no período de 90 dias a partir da data de abertura constante do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- e. Diz-se receita líquida (RL) o produto da venda de bens e serviços nas operações por conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

64. Conforme estabelece a Resolução CGSN nº 140, de 2018, com suas alterações posteriores, que trata do Simples Nacional, compõem o conceito de receita bruta:

1. a venda de bens do ativo imobilizado.
2. as gorjetas, sejam elas compulsórias ou não.
3. as verbas de patrocínio.
4. a remessa de amostra grátis.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

65. Assinale a alternativa **correta** considerando as disposições constantes na Resolução CGSN nº 140, de 2018, com as suas alterações posteriores, que trata do Regime do Simples Nacional.

- a. Considera-se alíquota nominal o resultado da fórmula: $(RBT12 \times Aliq - PD) / RBT12$.
- b. Para a ME ou a EPP optante pelo Regime de Caixa, a receita auferida e ainda não recebida deverá integrar a base de cálculo dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, na hipótese de exclusão do Simples Nacional, no mês anterior ao dos efeitos da exclusão.
- c. A base de cálculo para a determinação do valor devido mensalmente pela ME ou pela EPP optante pelo Simples Nacional será a receita total mensal auferida (Regime de Caixa) ou recebida (Regime de Competência), conforme opção feita pelo contribuinte.
- d. Quando a ME ou a EPP tiver estabelecimentos filiais, a base de cálculo do Simples Nacional deverá ser individualmente considerada, com base na receita de cada estabelecimento.
- e. As receitas brutas auferidas no mercado interno e as decorrentes de exportação para o exterior serão consideradas, conjuntamente, para fins de determinação da alíquota devida mensalmente pela ME ou pela EPP optante pelo Simples Nacional.

66. Nos termos da Resolução CGSN nº 140, de 2018 (Simples Nacional), a competência para excluir de ofício a ME ou a EPP do Simples Nacional é:

1. da RFB (Secretaria da Receita Federal do Brasil).
2. do Comitê Gestor do Simples Nacional.
3. das secretarias estaduais competentes para a administração tributária, segundo a localização do estabelecimento.
4. dos Municípios, tratando-se de prestação de serviços incluídos na sua competência tributária.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

67. Com fundamento na Resolução CGSN nº 140, de 2018, com as suas alterações posteriores, que disciplina o Regime do Simples Nacional, assinale a alternativa **correta** a respeito do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (Simei).

- a. Durante a vigência da opção pelo Simei, aplicam-se ao MEI as retenções de ISS sobre os serviços prestados.
- b. Aplicam-se ao MEI todas as atribuições da qualidade de substituto tributário, quando optante pelo Simei.
- c. O MEI poderá contratar até 2 empregados, no máximo, que recebam exclusivamente 1 salário-mínimo previsto em lei federal ou estadual, ou o piso salarial da categoria profissional.
- d. A opção pelo Simei será irrevogável para todo o ano-calendário.
- e. Para o empresário individual já inscrito no CNPJ, a opção pelo Simei deverá ser realizada no mês de dezembro, até seu último dia útil, e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente.

68. De acordo com o Código Tributário do Município de Criciúma, (i) suspende a exigibilidade, (ii) extingue e (iii) exclui o crédito tributário, respectivamente:

- a. (i) moratória, (ii) transação e (iii) anistia.
- b. (i) moratória, (ii) parcelamento (iii) isenção.
- c. (i) compensação, (ii) pagamento e (iii) isenção.
- d. (i) parcelamento, (ii) transação e (iii) remissão.
- e. (i) parcelamento, (ii) isenção e (iii) anistia.

Contabilidade Geral e Avançada 16 questões

69. De acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações, o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída são apresentados na:

- a. Balanço social.
- b. Balanço orçamentário.
- c. Demonstração dos fluxos de caixa.
- d. Demonstração do valor adicionado.
- e. Demonstração do resultado econômico.

70. Os Balanços Patrimoniais em 31/12/2020 e em 31/12/2021, além da Demonstração do Resultado do Exercício de 2021, da companhia Meteoro estão apresentados abaixo.

Companhia Meteoro

Balanços Patrimoniais em 31/12/2021 e 31/12/2020 – Valores em R\$

ATIVO	31/12/2020	31/12/2021	PASSIVO	31/12/2020	31/12/2021
Circulante	96.000	240.000	Circulante	86.000	122.000
Disponível	10.000	120.000	Fornecedores a pagar	40.000	60.000
Contas a receber	25.000	80.000	Impostos a pagar	40.000	20.000
Estoque	46.000	30.000	Taxas a pagar	0	27.000
Despesas antecipadas	15.000	10.000	Salários a pagar	6.000	15.000
Não Circulante	430.000	337.000	Não Circulante	150.000	155.000
Investimentos	200.000	262.000	Financiamentos	150.000	155.000
Imóveis	150.000	0	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)	290.000	300.000
Máquinas e equipamentos	90.000	90.000	Capital social	290.000	290.000
(-) Depreciação acum.	10.000	15.000	Reservas de lucros	0	10.000
TOTAL DO ATIVO	526.000	577.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	526.000	577.000

Companhia Meteoro

Demonstração do Resultado do Exercício - 01/01/2021 a 31/12/2021 – Valores em R\$

Receita líquida de vendas	200.000
(-) Custo das mercadorias vendidas	(110.000)
Resultado operacional bruto	90.000
Receitas e despesas operacionais	(27.000)
Despesas administrativas	(15.000)
Despesas de seguros	(8.000)
Despesas de vendas	(21.000)
Despesas de depreciação	(5.000)
Receita de equivalência patrimonial	10.000
Resultado positivo de venda de imóveis	12.000
Resultado antes do resultado financeiro	63.000
(-) Despesas financeiras	(17.000)
Resultado antes dos impostos e contribuições sobre os lucro	46.000
(-) Impostos e contribuições sobre o lucro	(9.000)
Resultado líquido do exercício	37.000

Durante o ano de 2021, a companhia Meteoro não pagou as despesas financeiras incorridas. O saldo da conta imóveis, existente em 31/12/2020, corresponde ao valor do custo de um terreno, que foi vendido à vista em 2021. Considerando essas informações e as demonstrações contábeis apresentadas, na Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2021, o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais, gerado no ano de 2021, foi:

- Positivo em R\$ 110.000.
- Positivo em R\$ 12.000.
- Positivo em R\$ 10.000.
- Negativo em R\$ 20.000.
- Negativo em R\$ 35.000.

Companhia Mercúrio

Para responder às questões 71 e 72, considere:

A companhia Mercúrio tem como atividade principal a fabricação e comercialização de placas para painéis solares. Em 31/12/2020, adquiriu, à vista, 30% das ações da companhia Vênus, sua fornecedora de mercadorias, pelo valor de R\$ 5.000.000 e passou a ter influência significativa na sua administração. Na data da aquisição, o valor do patrimônio líquido evidenciado no balanço patrimonial da companhia Vênus era de R\$ 12.000.000 e o valor justo líquido dos ativos, deduzidos os valores justos dos passivos, era de R\$ 13.500.000. Essa diferença é decorrente de uma patente, criada pela própria companhia Vênus, e que, por isso, não estava contabilizada no ativo, mas que pode ser negociada no mercado por R\$ 1.500.000.

Na demonstração do resultado do exercício do período de 01/01/2021 a 31/12/2021, a companhia Vênus apurou lucro líquido de R\$ 500.000. Sabe-se que, no ano de 2021, a companhia Vênus realizou vendas de mercadorias no valor de R\$ 140.000 (que lhe geraram um lucro líquido de R\$ 26.400) para a companhia Mercúrio. Em 31/12/2021, as mercadorias compradas da companhia Vênus ainda estavam no estoque da companhia Mercúrio.

71. Em 31/12/2020, o valor da mais-valia e o valor do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) que a companhia Mercúrio registrou em razão do investimento na companhia Vênus foram, respectivamente, de:

- a. R\$ 450.000 e R\$ 950.000.
- b. R\$ 450.000 e R\$ 1.400.000.
- c. R\$ 1.400.000 e R\$ 950.000.
- d. R\$ 3.600.000 e R\$ 1.400.000.
- e. R\$ 5.000.000 e R\$ 4.050.000.

72. Em 31/12/2021, o valor que a companhia Mercúrio registrou como receita da equivalência patrimonial resultante do investimento da companhia Vênus foi de:

- a. R\$ 7.920.
- b. R\$ 12.000.
- c. R\$ 27.720.
- d. R\$ 142.080.
- e. R\$ 150.000.

73. No balanço patrimonial de 31/12/2020 da companhia Saturno, a conta contábil "Provisões" era composta pelos seguintes valores dos processos judiciais que a companhia está respondendo como ré:

Processos	Valores em R\$ em 31/12/2020
Trabalhistas	200.000
Fiscais	150.000
Ambientais	50.000

Em 31/12/2021, a companhia recebeu a informação de seus advogados sobre a situação dos seus processos:

Processos	Possibilidade de perda	Valores em R\$ para as perdas
Trabalhistas	Provável	210.000
Fiscais	Provável	140.000
Fiscais 2 (novo)	Possível	30.000
Ambientais	Provável	60.000
Ambientais	Remota	20.000

Na demonstração do resultado do exercício de 31/12/2021, o valor que a companhia Saturno reconheceu como despesa, em razão das provisões, foi de:

- a. R\$ 410.000.
- b. R\$ 70.000.
- c. R\$ 50.000.
- d. R\$ 40.000.
- e. R\$ 10.000.

74. Em 01/01/2021, a companhia Terra adquiriu uma marca comercial por R\$ 1.000.000 e as informações disponíveis indicam que a marca comercial tem vida útil indefinida. Em 31/12/2021, a companhia considerou que o valor aplicado na aquisição pode não ser recuperado.

Nesta mesma data, seus consultores avaliam que a companhia poderia obter R\$ 700.000 com a alienação da marca comercial para um terceiro ou R\$ 750.000 pela continuidade de sua exploração. Nesse caso, em 31/12/2021, a companhia Terra deve reconhecer uma despesa:

- a. Com amortização no valor de R\$ 250.000.
- b. Com amortização no valor de R\$ 300.000.
- c. Por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 250.000.
- d. Por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 300.000.
- e. Com amortização no valor de R\$ 50.000 e uma despesa por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 250.000.

Companhia Marte

Para responder às questões 75 a 77, considere:

A companhia Marte comercializa artigos de decoração para jardins e encerra seu exercício social em 31 de dezembro de cada ano. Na sua atividade há a incidência de impostos não cumulativos sobre o valor das suas operações de compra e venda de mercadorias, com alíquota de 10% (que estão incluídos no valor da operação). Em 30/11/2021, o contador da empresa elaborou um relatório gerencial com a seguinte relação de saldos nas contas contábeis.

Conta contábil	Valor (R\$)
Aluguéis pagos antecipadamente	10.000
Despesas administrativas	5.000
Impostos sobre vendas	18.000
Comissão de vendedores	5.000
Receita de equivalência patrimonial	10.000
Caixa e equivalentes de caixa	50.000
Receitas financeiras	2.000
Imposto de renda sobre o lucro	6.000
Impostos a pagar	5.000
Devolução de vendas	1.000
Reserva legal	4.000
Fornecedores a pagar	12.000
Custo das mercadorias vendidas	40.000
Máquinas e equipamentos	100.000
Capital social	90.000
Receita bruta de vendas	180.000
Imóveis	80.000
Estoques	29.000
Empréstimos a pagar	22.000
Ações em tesouraria	8.000
Impostos a recuperar	2.000
Depreciação acumulada	10.000
Salários a pagar	17.000
Despesa com publicidade	7.000
Reservas de lucros	9.000

No decorrer de dezembro de 2021, ocorreram somente as seguintes operações, que foram corretamente registradas:

1. Vendas à vista de mercadorias, recebidas por meio de depósito bancário, no valor de R\$ 20.000. As mercadorias vendidas tiveram um custo de R\$ 6.000 para a companhia.
2. Apropriação da despesa com aluguéis pagos antecipadamente, no valor de R\$ 2.000.
3. Pagamento da obrigação com salários, no valor de R\$ 15.000.
4. Subscrição e integralização do capital social no valor de R\$ 20.000, sendo R\$ 10.000 por meio de um imóvel e R\$ 10.000 por meio de um depósito bancário.
5. Aquisição, a prazo, de mercadorias para revenda no valor de R\$ 10.000, nos quais estão incluídos R\$ 1.000 referentes a impostos recuperáveis.
6. Alienação à vista das ações da própria empresa, que estavam em tesouraria, no valor de R\$ 8.000.
7. Vendas a prazo de mercadorias, no valor de R\$ 10.000. As mercadorias vendidas tiveram um custo de R\$ 4.000 para a companhia.
8. Reconhecimento da depreciação no valor de R\$ 5.000.

Após o final de dezembro de 2021 foi apurado o resultado do exercício, sendo que o estatuto da companhia determina a distribuição de 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação como dividendos mínimos obrigatórios (que são pagos no exercício social seguinte). A reserva legal foi constituída nos termos também previstos na legislação. O saldo remanescente do lucro líquido foi retido como reserva de lucros para atender a projeto de investimento.

75. Em 31/12/2021, o valor do total do ativo da companhia Marte foi de:

- R\$ 283.000.
- R\$ 297.000.
- R\$ 302.000.
- R\$ 305.000.
- R\$ 315.000.

76. Ao final do exercício social de 2021, o valor destinado à reserva legal e o valor dos dividendos foram, respectivamente, de:

- a. R\$ 5.750 e R\$ 54.625.
- b. R\$ 6.000 e R\$ 57.000.
- c. R\$ 6.000 e R\$ 60.000.
- d. R\$ 6.200 e R\$ 60.000.
- e. R\$ 6.500 e R\$ 62.000.

77. Em relação a 30/11/2021, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2021 da companhia Marte evidenciou um aumento no patrimônio líquido de:

- a. R\$ 26.000.
- b. R\$ 34.000.
- c. R\$ 91.000.
- d. R\$ 120.000.
- e. R\$ 148.000.

78. A oficina mecânica Arruela não está enquadrada no Simples Nacional e tem como atividade principal a prestação de serviço de condicionamento de motores. Prestou o serviço de reparo de um veículo automotor para um cliente e emitiu uma nota fiscal eletrônica conjugada, em que constaram, entre outras, as seguintes informações:

Valor total dos serviços (mão de obra do mecânico)	R\$ 200
Valor total dos produtos (partes e peças automotivas)	R\$ 800
Valor do ISSQN	R\$ 4
Valor do ICMS	R\$ 96
Valor do PIS e COFINS	R\$ 6

Como o cliente realizou o pagamento à vista, no PIX, lhe foi concedido um desconto, no ato da emissão nota fiscal eletrônica conjugada, de R\$ 50.

Considerando essas informações, o valor da receita líquida registrada pela oficina mecânica Arruela decorrente da operação foi de:

- a. R\$ 844.
- b. R\$ 894.
- c. R\$ 950.
- d. R\$ 1.056.
- e. R\$ 1.106.

79. Em 01/01/2021, a companhia Urano captou um empréstimo no mercado financeiro com o lançamento de debêntures no valor de R\$ 2.000.000, incorrendo em encargos com consultores, no valor de R\$ 60.000 e encargos com comissões bancárias, no valor de R\$ 50.000. A taxa de juros contratual da operação foi de 10% ao ano e o resgate será realizado pelo pagamento em parcela única, ao final de 2 anos, no valor de R\$ 2.420.000. Os investidores consideraram vantajosa a operação e pagaram um prêmio de R\$ 200.000 na data da emissão das debêntures. Sabendo-se que a taxa de juros efetiva da operação foi 7,6055% ao ano, o valor que a companhia Urano reconheceu como despesa financeira (juros e encargos) na demonstração do resultado do exercício de 2021 decorrente da operação foi de:

- a. R\$ 200.000.
- b. R\$ 189.000.
- c. R\$ 167.321.
- d. R\$ 158.955.
- e. R\$ 143.744.

80. A companhia Esperança presta serviços de filmagem e fotografias de casamentos, aniversários e formaturas. Como prática comercial, exige do cliente um adiantamento de 30% do valor total do serviço no momento em que o contrato é firmado. A parcela remanescente (70%) é paga pelo cliente na data em que o serviço de filmagem e fotografias é prestado. Em 01/04/2022, a companhia Esperança firmou um contrato com um cliente no valor de R\$ 10.000 para a filmagem de um casamento, que será realizado em 22/10/2022.

A respeito dessa situação, é **correto** afirmar que, contabilmente, a companhia Esperança deve registrar:

- a. Em 01/04/2022, a apropriação do custo do serviço prestado ao resultado, no valor de R\$ 3.000.
- b. Em 01/04/2022, uma obrigação em uma conta do passivo circulante (adiantamento de clientes) no valor de R\$ 3.000.
- c. Em 01/04/2022, um direito em uma conta do ativo circulante (duplicatas a receber), no valor de R\$ 7.000.
- d. Em 22/10/2022, um crédito em uma conta de resultado (receita de prestação de serviços) no valor R\$ 7.000.
- e. Em 22/10/2022, uma redução em uma conta do ativo circulante (duplicatas a receber), no valor de R\$ 3.000.

81. A companhia Coimbra é uma prestadora de serviços e tem como atividade principal a recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

Em 31/12/2020, adquiriu um equipamento por R\$ 290.000, com pagamento à vista. Gastou, ainda, R\$ 10.000 com transporte e seguro do equipamento da sede do fornecedor até o seu estabelecimento e outros R\$ 20.000 para a sua instalação. Na data da aquisição, a companhia Coimbra (com base em informações técnicas) estabeleceu em 5 anos a vida útil econômica do equipamento e o valor residual esperado de R\$ 20.000 ao final de sua vida útil. Para o cálculo da depreciação do equipamento, a companhia adotou o método das cotas constantes.

Em 31/05/2022, a companhia Coimbra vendeu, à vista, o equipamento por R\$ 250.000 e teve de pagar R\$ 10.000 de comissão ao vendedor.

O resultado apurado na venda do equipamento foi positivo em:

- a. R\$ 5.000.
- b. R\$ 15.000.
- c. R\$ 22.500.
- d. R\$ 25.000.
- e. R\$ 46.500.

82. A companhia Júpiter adquiriu, à vista, insumos para serem utilizados na fabricação de produtos plásticos.

O valor total do documento fiscal de aquisição dos insumos foi de R\$ 200.000 e nele estavam incluídos tributos recuperáveis no valor de R\$ 15.000 e também tributos não recuperáveis, no valor de R\$ 25.000. Adicionalmente, na mesma data, a companhia teve gastos, pagos à vista, com o frete e a escolta do veículo transportador dos insumos desde o fornecedor até o seu estabelecimento, no valor de R\$ 30.000.

O valor que a companhia Júpiter registrou na conta contábil estoques, referente à aquisição dos insumos, foi de:

- a. R\$ 185.000.
- b. R\$ 210.000.
- c. R\$ 215.000.
- d. R\$ 225.000.
- e. R\$ 240.000.

83. Em 30/12/2021, a companhia Plutão elaborou o seguinte balanço patrimonial.

ATIVO	Valores R\$	PASSIVO	Valores R\$
Circulante	90.000	Circulante	20.000
Caixa e equivalentes de caixa	50.000	Fornecedores a pagar	20.000
Duplicatas a receber	30.000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)	70.000
Estoques	10.000	Capital social	70.000
TOTAL DO ATIVO	90.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	90.000

No dia 31/12/2021, ocorreram somente as seguintes operações, que foram corretamente registradas:

1. Desconto de uma duplicata no valor de R\$ 10.000, 30 dias antes do vencimento, com taxa de desconto comercial de 10% ao mês.
2. Reconhecimento da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa referente às duplicatas a receber. Historicamente, a companhia mensura que 20% dos seus clientes não pagam as obrigações.

No balanço patrimonial de 31/12/2021, o valor do total do ativo circulante e o valor do total do passivo circulante da companhia Plutão foram, respectivamente, de:

- a. R\$ 83.000 e R\$ 13.000.
- b. R\$ 91.000 e R\$ 15.000.
- c. R\$ 93.000 e R\$ 29.000.
- d. R\$ 97.000 e R\$ 21.000.
- e. R\$ 103.000 e R\$ 27.000.

84. A companhia Netuno é proprietária de um conjunto de 5 galpões logísticos que servem para o recebimento, armazenagem, separação e distribuição de mercadorias. Por decisão de gestão, a companhia Netuno está utilizando dois dos galpões para suas atividades. Os outros três galpões foram alugados para terceiros, por prazo determinado e sem possibilidade de venda, com o objetivo de gerar receita de aluguel para a companhia. Cada um dos galpões possui assentamento próprio no registro de imóveis e é possível identificar o valor de mercado de cada galpão individualmente.

A respeito da contabilização dos galpões pela companhia Netuno, é **correto** afirmar que o valor:

- a. Dos cinco galpões deve ser registrado no grupo ativo não circulante como imobilizado.
- b. Patrimonial dos galpões não pode ser superior ao valor da receita recebida com aluguéis.
- c. Resultante da receita obtida com o aluguel dos três galpões não compõe a base para a distribuição de dividendos.
- d. Justo obtido pela mensuração dos galpões a valor de mercado constitui uma reserva de capital, que pode ser utilizada para futura integralização do capital social.
- e. Dos dois galpões utilizados pela companhia deve ser registrado no ativo imobilizado e o valor dos três galpões alugados como propriedade para investimentos (no grupo ativo não circulante, investimentos).

Tecnologia da Informação

16 questões

85. No contexto de uma consulta SQL com o objetivo de retornar os resultados de duas relações, sendo que o resultado desejado envolve todos os registros da primeira relação em conjunto com os resultados dos registros correspondentes à condição da junção da segunda relação, qual instrução deve ser utilizada?

- a. JOIN
- b. INNER JOIN
- c. OUTER JOIN
- d. RIGHT JOIN
- e. LEFT JOIN

86. Analise as afirmativas abaixo com relação a dado, informação e conhecimento no domínio subjetivo.

1. Dados são estímulos sensoriais, que nós percebemos através dos nossos sentidos.
2. Informação é, mais do que ser somente um estágio intermediário entre dado e conhecimento, um conhecimento empírico em si.
3. Conhecimento é o significado desses estímulos sensoriais que nós percebemos através dos nossos sentidos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 2.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

87. Analise as afirmativas abaixo com relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

1. É permitido ao poder público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes em suas bases de dados desde que exista algum contrato entre as entidades pública e privada.
2. As pessoas jurídicas de direito público devem informar as hipóteses em que realizam o tratamento de dados pessoais, com informações sobre a previsão legal, a finalidade e os procedimentos e as práticas empregadas.
3. O uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa jurídica de direito privado deverá sempre ser informado à autoridade nacional e dependerá sempre de consentimento do titular.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 2.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

88. São todos tipos de restrições ou constraints que podem ser expressos diretamente nos esquemas do modelo de dados relacional e esquemas de bancos de dados relacional, incluídas na linguagem de definição de dados (DDL).

1. De domínio
2. Integridade Semântica
3. Integridade Referencial
4. Integridade de Entidade

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

89. Analise as afirmativas abaixo com relação ao modelo dimensional e aplicações de BI, no contexto de tabelas fato e dimensões.

1. No modelo dimensional, dimensões não podem conter referências a outras dimensões diretamente, sob risco de degradação de performance. Junções entre dimensões devem ser realizadas através da tabela fato correspondente.
2. Instruções SQL que realizam junções entre tabelas fato empregando suas chaves estrangeiras não devem ser utilizadas, uma vez que é impossível controlar a cardinalidade do conjunto resultante de tal junção em um banco de dados relacional.
3. Dimensões multivaloradas devem ser acopladas à tabela fato empregando-se uma chave dimensional de grupo associada a uma tabela ponte (bridge table) intermediária com uma linha para cada valor dimensional.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 1.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

90. Relacione corretamente as colunas abaixo:

Coluna 1 Medidas

1. aditivos
2. semiaditivos
3. não aditivos

Coluna 2 Fatos

- () Os fatos mais flexíveis e úteis.
 () Não podem ser agregáveis temporalmente.
 () Razões ou proporções, no sentido matemático.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. 1 • 2 • 3
- b. 1 • 3 • 2
- c. 2 • 1 • 3
- d. 3 • 1 • 2
- e. 3 • 2 • 1

91. Ordene corretamente os 4 passos do processo de design dimensional de kimball:

- () Identificar os fatos.
 () Selecionar o processo de negócios.
 () Identificar as dimensões.
 () Declarar a granularidade.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. 2 • 3 • 1 • 4
- b. 2 • 4 • 1 • 3
- c. 3 • 1 • 2 • 4
- d. 3 • 1 • 4 • 2
- e. 4 • 1 • 3 • 2

92. No processo de criação de um Data Warehouse, quais etapas devem ser cumpridas, na ordem **correta**, de modo a obter os dados a partir dos sistemas transacionais para um melhor resultado?

- a. Definição; planejamento; execução; gestão.
- b. Planejamento; levantamento de requisitos; execução; monitoramento.
- c. Planejamento; extração; gestão e acompanhamento; melhoria contínua.
- d. Extração; Limpeza e transformação; entrega e carga; gestão e acompanhamento.
- e. Limpeza e transformação; gestão e acompanhamento; atuação e correção; medição.

93. Analise as afirmativas abaixo no contexto da modelagem multidimensional, sobre tabelas fato.

1. É possível trabalhar com tabelas fato sem nenhum fato, contendo tão somente um conjunto de dimensões por registro.
2. Tabelas fato agregadas nada mais são do que rollups de tabelas fato atômicas com vistas à otimização de performance.
3. Tabelas fato consolidadas são aquelas capazes de consolidar fatos de múltiplas tabelas fato distintas com granularidades também distintas.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 1.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

94. Analise as afirmativas abaixo no contexto da modelagem multidimensional, sobre Dimensões.

1. Dimensões de perfil transacional ou junk dimensions são essenciais em toda modelagem multidimensional para representar os sistemas transacionais de modo fidedigno.
2. Tabelas de dimensão de calendário são consideradas boas práticas e acompanham tabelas fato de modo a permitir uma navegação temporal dos fatos da tabela fato.
3. Uma única dimensão pode ser referenciada múltiplas vezes em uma tabela fato, com cada referência vinculada a uma função logicamente distinta para a dimensão.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 1.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

95. No contexto da LGPD, os dados mantidos por pessoas jurídicas de direito público deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para uso compartilhado, para quais finalidades?

1. Execução de políticas públicas.
2. Prestação de serviços públicos.
3. Descentralização da atividade pública.
4. Disseminação e acesso à informação pelo público em geral.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

96. No contexto de modificação de valores de atributos de dimensões em modelos multidimensionais e de data warehouse, identifique o valor **correto** dos tipos (0, 1, 2...n) de modificação de valores de atributos de dimensão, conforme as técnicas definidas por Kimball, para:

- () Acrescentar um novo registro
- () Sobrescrever
- () Reter o valor original
- () Adicionar um novo atributo

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. 0•2•1•3
- b. 2•0•3•1
- c. 2•1•0•3
- d. 3•1•2•0
- e. 3•2•0•1

97. Analise as afirmativas abaixo sobre modelos Entidade-Relacionamento.

1. São modelos abstratos cujo objetivo é descrever de forma conceitual um banco de dados.
2. As entidades representadas no modelo correspondem aos atores envolvidos na operação do software do respectivo banco de dados.
3. O produto da modelagem é um diagrama escrito na notação BPMN, denominado Diagrama ER.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 1.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

98. Sobre restrições no modelo relacional, associe o tipo de restrição à sua respectiva descrição.

Coluna 1 Tipo de restrição

1. Restrições implícitas
2. Restrições explícitas
3. Restrições semânticas

Coluna 2 Descrição

- () Não podem ser expressas diretamente nos esquemas do modelo de dados.
- () São restrições inerentes ao modelo de dados e baseadas nele.
- () Definidas pela DDL e expressas nos esquemas do modelo de dados.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. 1 • 2 • 3
- b. 1 • 3 • 2
- c. 2 • 1 • 3
- d. 3 • 1 • 2
- e. 3 • 2 • 1

99. Quais tipos de conhecimento podem ser descobertos empregando técnicas clássicas de mineração de dados?

1. Regras de Associação
2. Hierarquias de classificação
3. Padrões sequenciais ou de série temporal
4. Conhecimento implícito, emergente e não estruturado
5. Agrupamentos e segmentações

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 3 e 5.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 5.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3, 4 e 5.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3, 4 e 5.

100. São técnicas de Inteligência Artificial de Data Mining:

1. Estatística.
2. Reconhecimento de Padrões.
3. Representação do Conhecimento.
4. Regras de Associação.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

**Página
em Branco.
(rascunho)**

**Página
em Branco.
(rascunho)**

GRADE DE RESPOSTAS

Utilize a grade ao lado para anotar as suas respostas.

Não destaque esta folha. Ao entregar sua prova, o fiscal irá destacar e entregar esta grade de respostas que você poderá levar para posterior conferência.



AF Auditor Fiscal da Receita Municipal

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	

35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	

69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	



FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICOS

Campus Universitário • UFSC
88040-900 • Florianópolis • SC
Fone/Fax: (48) 3953-1000
<http://www.fepese.org.br>